

# Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira\*

## 1 Introdução

A noção de patrimônio industrial nos remete a idéia de uma inversão de funções e sentidos: o que antes era um lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória. A patrimonialização desses espaços confere aos mesmos outros sentidos, deslocando-os daqueles que estão em sua origem. Inseridos em outra ordem, a da memória, e outra estética, a do patrimônio, lugares de trabalho e produção passam, então, a fazer parte de roteiros culturais e de entretenimento.

Nesse texto é proposta uma discussão sobre o conceito de patrimônio industrial e sua vinculação mais ampla no campo das práticas culturais. Para tanto são apresentadas duas experiências que podem ser abordadas como buscas patrimoniais. A primeira sobre uma antiga fábrica de tecidos representativa de técnicas e modelos empresariais implantados no século XIX e a segunda sobre uma companhia de telefonia e seu destino após a privatização nos finais dos anos 1990.

A idéia que fazemos de patrimônio na contemporaneidade, mesmo que derivada dos processos de consolidação dos Estados Nacionais europeus, vem assumindo outros contornos e outras funções sociais. De sua institucionalização como herança e registro do passado nacional, o conceito de patrimônio vem sofrendo modificações que o aproximam de outros conceitos como o de identidade, tal como afirma Dominique Poulot ao dizer que “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais” (POULOT, 1997, p. 36), de tradição, ou mesmo de ideologia da memória (CANDAU, 2007).

Para fins de compreensão desse conceito complexo que é Patrimônio, buscamos entendê-lo atrelado a outras categorias como memória, reivindicações patrimoniais, políticas patrimoniais. Nesse sentido as transformações pelas quais passa o conceito podem ser compreendidas pelo sentido que assume a categoria patrimônio no conjunto das práticas sociais e culturais de uma sociedade. Assim entendemos como se confere aos monumentos, cidades, lugares, etc., a denominação de patrimônio histórico; às práticas culturais, às tradições, saberes, etc., a denominação de patrimônio imaterial; aos vestígios e testemunhos de processos produtivos, patrimônio industrial. Entretanto, há que se notar o quanto essas categorias não podem ser aplicadas de maneira estanque, pois se entrecruzam, compõem quadros amplos e complexos da história humana.

Mas do que se fala com a expressão Patrimônio Industrial? De que forma esses produtos da ação humana, aparentemente frios e inertes objetos de trabalho, pavilhões industriais com seus maquinários, tornaram-se patrimônio?

Na verdade, os lugares de memória se instauram quando já não há mais o referente. No caso do patrimônio industrial podemos afirmar que esse surge quando os métodos tradicionais de trabalho industrial foram sendo substituídos no decurso do segundo quartel do século XX pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas que logo lançaram à categoria de obsoletos os prédios, máquinas, formas e processos de produção industrial remanescentes, em sua

\* *Universidade Federal de Pelotas*

maior parte, de tecnologias surgidas no século XIX ou primeiras décadas do século XX.

No seu sentido mais amplo o patrimônio industrial se relaciona com processos produtivos, modelos empresariais, matrizes tecnológicas que após cumprirem seu ciclo evolutivo, desapareceram. Os vestígios materiais e imateriais dessas atividades são testemunhos de mudanças culturais que acompanham os modelos produtivos que se sucedem.

Nesse quadro de rápida substituição dos processos produtivos e tecnológicos por outros que possam dar conta de um mundo em constante mutação, muitos estabelecimentos e processos industriais foram destruídos ou simplesmente substituídos. A grande chaminé foi se transformando, de símbolo de trabalho e produção, para vestígio de antigas fábricas.

Assim observa-se que esses testemunhos de tecnologias e formas produtivas já superadas foram sendo inscritos no que se define como herança, logo necessário se faz sua salvaguarda, conservação e definição de formas de permanência daquilo que se transformou em patrimônio industrial.

Também a arquitetura industrial foi ignorada, transformada por vezes em monumentos invisíveis, testemunhos edificados de processos produtivos ultrapassados e nostálgicos. Essa mesma arquitetura, entretanto, vem atualmente, pela lógica do patrimônio industrial, suscitando inúmeras ações, seja de ordem patrimonial, urbanística ou econômica. São vários os exemplos de prédios industriais sobre os quais se fez incidir práticas de musealização; vários os exemplos de revitalização de regiões industriais abandonadas e inúmeros os efeitos dessas intervenções na economia local, sendo o turismo um elemento que se desenvolve cada vez mais como decorrência desses processos de patrimonialização.

## 2 As formas de patrimonialização de lugares de trabalho

É fundamental, entretanto, que as intervenções feitas sobre esses lugares de trabalho e produção não façam desaparecer totalmente suas funções originais, perdendo de vista o papel que cumpriram essas atividades na paisagem cultural do local onde surgiram. Logo, se faz necessário refletir sobre as formas de patrimonialização que incidem sobre esses sítios industriais.

Nos processos de valorização e revitalização desses locais se tornou recorrente a transformação dos mesmos em espaços culturais tais como museus, por exemplo. Estimulados pelo crescente turismo de natureza cultural, os agentes patrimoniais utilizam-se de vários recursos para tornar a estética industrial mais atrativa ao visitante, reproduzindo sob efeitos cênicos, os processos operacionais do objeto patrimonializado. Essa transformação geralmente oculta ou dissimula aqueles traços que evocariam os sinais de sofrimento inerentes a alguns processos produtivos. Tal é o caso, a título de exemplificação, dos processos produtivos relacionados à mineração. Em sua expressão patrimonial não transparece o perigo nem os sentimentos de medo e insegurança que caracterizam essa atividade.

Percebe-se que a mina patrimonializada é aquela mostrada ao público, revisitada em suas funções e traçados, instituída pelo saber especializado. De sua expressão original, mergulhada na escuridão, o discurso patrimonial transformou em uma visão aceitável e consumível, talvez pela própria impossibilidade de representar o sofrimento.

Nessa complexa relação entre memória e patrimônio, as formas de engajamento patrimonial e as expressões com as quais se revestem, são elementos fundamentais na construção desse novo objeto: não mais a fábrica, não mais a mina, mas as representações feitas sobre elas. Nesse sentido o estudo feito pelo antropólogo Jean-Louis Tornatore (2004) sobre a patrimonialização da atividade siderúrgica na região da Lorena, na França. No texto intitulado “Belo como um alto forno: sobre o tratamento em monumento dos restos industriais”, o autor aborda os processos de politização dos restos industriais julgados representativos da “segunda industrialização”, de maneira a especificar as formas de engajamento patrimonial. O objeto em questão é um alto forno, elemento emblemático de uma usina siderúrgica fechada desde 1991. Inscrita no inventário de monumentos históricos franceses desde 1995, esse espaço, que não podia ser aberto à circulação de visitantes por questões de segurança, se transformou em alvo de políticas públicas para sua reabilitação. Assim optou-se pelo tratamento artístico que poderia, então, conferir outra possibilidade de apreensão do espaço industrial. Através do trabalho de um artista reconhecido, a usina passa a ser alvo de uma instalação na qual feixes de luz iluminam (e escondem) os lugares dessa atividade metalúrgica. Tal como afirma o autor, o artefato de imaginação, construído

pelo gesto artístico, é um dispositivo estetizante combinando visão de longe e circulação à volta do alto forno. Ele dá a ver o forno, no sentido que esse aparece ao olhar, mas ao mesmo tempo torna possível sua interpretação. Assim, o que resta é objeto de um trabalho de imaginação e se torna o lugar de uma imagem, prometida a uma nova vida. Considerar o patrimônio como vestígio não é mais do que cumprir metade do caminho. É preciso seguir na via da imaginação: sem imaginação não há patrimônio.

Serão abordados aqui dois casos de reivindicação patrimonial e que se remetem a atividades de caráter industriais e tecnológicas. A região na qual estão inseridos é o sul do Rio Grande do Sul sendo o primeiro exemplo situado na cidade de Rio Grande e o segundo uma empresa do setor de telefonia na cidade de Pelotas. Em ambos o eixo condutor são as reivindicações memoriais que partem das comunidades envolvidas para o reconhecimento desses vestígios e atividades como patrimônio.

### 3 Por dentro de uma indústria têxtil: a Fábrica Rheingantz

O primeiro caso é o da Fábrica Rheingantz na cidade de Rio Grande . Fundada em 1873 por Carlos Guilherme Rheingantz, filho de um empresário alemão, foi um importante estabelecimento industrial para o processamento da lã e seu emprego na produção de tecidos. Localizado na principal avenida de acesso à cidade, esse complexo fabril é composto pelo núcleo industrial (escritórios, setor administrativo, unidades de produção dispersas em pavilhões como a tecelagem, a fição e outras, a usina que abastecia as necessidades energéticas da empresa, as oficinas diversas que davam suporte ao processo de produção), pelos edifícios com funções específicas tais como o Cassino dos Mestres, a Mutualidade (cooperativa dos empregados da fábrica), o Ambulatório, a Escola e a Creche; pelas habitações destinadas aos empregados, variando de estilo e tamanho de acordo com a posição que ocupava o mesmo na empresa.

Nos imensos espaços dos pavilhões, onde antes o barulho dos filatórios e teares era insuportável, onde o cheiro da lã se misturava ao cheiro das máquinas, e o pó da lã sendo cardada se espalhava como nuvens densas, nos finais dos anos 1990 se encontrava apenas silêncio e vazios. A paisagem industrial, à medida que a fábrica foi perdendo vigor e parando suas atividades, se transformou numa paisagem do abandono. A dinâmica fabril foi dando lugar à nostalgia manifestada pelos antigos operários que, apesar do fechamento definitivo e irreversível da empresa, insistiam ainda nesse começo de ano 2000, em ali se encontrar como grupo de antigos colegas, o que na verdade se constituía como um grupo de memória.



A fábrica Rheingantz na década de 1950.  
Fonte: Fototeca do Museu da Cidade do Rio Grande ([195-]).

<sup>1</sup> Pesquisa feita para a elaboração de tese de Doutorado defendida em 2002 no PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com o título “Os três Apitos: memória pública e memória coletiva”, a Fábrica Rheingantz em Rio Grande, RS, de 1950-1970, sob orientação da Profa.Dra. Nuncia Santoro de Constantino (FERREIRA, 2002).

Concebida como um empreendimento familiar e seguindo nessa perspectiva até sua falência em 1968, a fábrica reproduziu o modelo industrial desse começo de século XX no Brasil.

A presença da Rheingantz na cidade de Rio Grande se impôs através de inúmeras formas sendo o apito da fábrica a memória sonora mais resistente ao desaparecimento. A esse sinal sonoro se associam imagens de centenas de mulheres e homens atravessando as ruas desse tecido urbano no qual está a empresa, dispersando-se como uma multidão de trabalhadores a cada final de turno de trabalho. Ao mesmo tempo, o apito da fábrica evoca outros tantos empreendimentos industriais e de serviços que caracterizavam a cidade do Rio Grande nos anos 1950-1960.

A fábrica Rheingantz se apresenta como um ícone da Rio Grande histórica e sua fundação no século XIX tornou-a a mais antiga experiência fabril no campo têxtil no sul do Brasil. No cenário da cidade, se apresentou como um elemento fundamental para sua urbanização, fazendo com que a região habitável se expandisse, impulsionando também o crescimento do porto e da malha férrea fundamentais para o escoamento de sua produção.

Assim como inúmeras outras experiências industriais oitocentistas, a Fábrica Rheingantz apresentava um universo operário e técnico caracterizado por sua feição multiétnica, sendo a presença do alemão principalmente notada nos setores mais técnicos, enquanto naqueles diretamente de produção estavam os italianos, poloneses, portugueses e brasileiros.

Dos finais da década de 1940 até meados dos anos 1950, foi possível manter um nível de produção que possibilitava à empresa funcionar em todos os setores, garantindo, senão um crescimento, ao menos uma relativa estabilidade. O período entre 1950 e 1970 foi de crescimento e declínio. A empresa, cuja falência foi decretada em 1968, passou a ser controlada por um outro grupo empresarial que não conseguiu superar os problemas estruturais derivados de políticas administrativas equivocadas e a incapacidade de assumir a produção dos tecidos sintéticos, em ascensão no Brasil dos anos 1960.

Afundada em dívidas e sentenças judiciais, a INCA têxtil, nome pelo qual foi registrada a Fábrica Rheingantz nos anos 1970, se manteve funcionando parcialmente até o final da década de 1980. Dos anos 1990 em diante, face ao agravamento das condições financeiras e impossibilidade de investir na manutenção básica dos prédios que compõem o complexo fabril, a INCA foi sendo abandonada a cada dia, o que ficava demonstrado tanto pela situação de comprometimento estrutural do edifício, como pelo desânimo e fim das expectativas de retorno aos velhos tempos, sentimento que, experienciado coletivamente por aqueles que ainda freqüentavam a Rheingantz, parecia mantê-la ainda viva.

O conjunto patrimonial que é formado a partir do complexo industrial Rheingantz é constituído por moradias de operários e mestres, pelas ruas ao seu redor, prédios que foram criados como derivações do trabalho industrial, elementos definidores de um tecido urbano que foi sendo tramado a partir da fábrica.

Avenida Rheingantz, número 210. No pavilhão central, impactante pelo tamanho e pela beleza que ainda insiste em se manter apesar do tempo, está gravado ao alto: INCA Têxtil Industrial, nome que substituiu o da Companhia União Fabril, a fábrica Rheingantz, em 1970. Tudo o que ainda persiste são indícios de um outro tempo, o tempo da fábrica. Em seqüência, primeiro se vê o pavilhão do depósito de tecidos e enfiagem, em seguida a porta de entrada da gerência, de acesso restrito e que levava diretamente, através de uma escadaria, às dependências da administração superior da empresa. Ao lado dessa porta está o portão central, via de acesso ao mundo da fábrica e logo se vê a grande caixa d'água, um dos ícones da Rheingantz, defronte ao imenso pavilhão destinado a fiação e tecelagem. O que vem a seguir formava, com a fábrica, um complexo arquitetônico de inspiração germânica, dividido entre construções para uso coletivo e as residências de contramestres, mestres e altos funcionários da empresa. Esse grande e complexo conjunto edificado foi a materialização de projetos e necessidades impostas pelo crescimento da empresa. O princípio da harmonização entre os desiguais se encontra aplicado a esse espaço, onde a funcionalidade se aliou a inspirações e desejos mais subjetivos, buscando reconstruir, pelo estilo arquitetônico adotado e materiais utilizados, como coberturas em ardósia, por exemplo, um cenário que imitasse paisagens da Alemanha.

Essa idéia de um local de trabalho sobrevivendo através de escombros aparece nas narrativas como uma metáfora do empobrecimento gradativo da cidade que veio em

decorrência da retração da atividade econômica industrial. O ingresso em seu interior hoje é uma incursão em meio a destroços daquele que os ex-funcionários denominam como o “tempo dos alemães”, referência direta à fábrica no período anterior aos anos sessenta.

Entrar hoje nos diversos pavilhões da Rheingantz é verdadeiramente incursionar no espaço da ruína, grandes vazios onde, no tempo evocado pelas falas dos ex-operários, existia um intenso fluxo de trabalhadores. No tempo presente, da ruptura e descontinuidade, esses 155.000m<sup>2</sup> de superfície e 45.000m<sup>2</sup> de área coberta, onde muito pano foi tecido, muito tapete foi fabricado e muita vida circulou, está o silêncio e estranhas esculturas naturalmente formadas pelo processo de ferrugem e degeneração do maquinário em ferro como os teares semi-automáticos. Percorrer esses vazios se torna uma espécie de incursão em planos sobrepostos quando se tem em mente o que alguns materiais de divulgação descreviam, como a edição comemorativa aos 85 anos da empresa feita pela revista América Magazine, que apresenta imagens de uma fábrica modelo, com todos os setores funcionando totalmente, com fotografias que tentam mostrar um mundo de total assepsia, modernização, organização e harmonia entre trabalhador e fábrica (COMPANHIA UNIÃO FABRIL, 1959).

O circuito de visitação é o proposto pela matéria da revista. A primeira seção a ser visitada é o Galpão da Lã, onde era feita a apartação da lã dos bolsões, logo que essa chegava de seus locais de origem. O próximo passo é o setor de lavagem da lã com maquinário de grandes dimensões, sendo a maior dessas máquinas denominada Leviatã e que permanece como evocador importante dessa memória da produção. A denominação Leviatã foi dada pelos próprios trabalhadores, fazendo referência ao aspecto gigantesco e perigoso dessa máquina que fazia o primeiro percurso da lã, depois dessa ser separada. No Leviatã a lã passava por um processo de calcinação, para exterminar parasitas e outros organismos biológicos associados a ela. Depois disso era passada por banhos em substância ácida, na seqüência a secagem e o estiramento. Nessa mesma secção, considerada insalubre pelos entrevistados, estavam os tanques de tingimento, processo ao qual concorriam os conhecimentos dos técnicos especializados, cujo laboratório era ao lado, mas num andar superior.

Ainda no setor de produção ficava a Fiação, a Tecelagem, o Fio Penteado e seção dos Tapetes. Como espaços de infra-estrutura estavam a Oficina Mecânica e Elétrica, a Carpintaria, a Usina ou casa das máquinas, o Laboratório de química, os escritórios de engenharia e planejamento, o setor de mostras e de comércio e expedição.

A imagem da degradação do espaço assume sua expressão mais dramática quando se entra naquilo que foi durante muitas décadas o centro propulsor do processo de produção, a Usina. Composta por maquinários e motores que se destinavam a fornecer vapor, energia elétrica e água para os diversos processos de fabricação dos tecidos, a Usina é a imagem mais forte do abandono.

A construção industrial é investida de outro tipo de valor estético, requer para seu reconhecimento outra percepção passa por entender o sentido ao associarmos espaço, trabalho e trajetórias. A constatação do risco de perda definitiva desse local de memórias colocaria em questão o desaparecimento dos traços mnemônicos em si. Refere-se a isso uma entrevistada dizendo que:

*Eu sinto uma tristeza quando passo por ali, não gosto nem de olhar... de primeiro eu até ia de vez em quando ver se encontrava algum conhecido, e dava uma olhada na minha máquina, ali nos teares onde eu trabalhava... mas agora de uns tempos para cá que começou a ficar assim tudo caído, eu evito até de passar na frente, se estou no ônibus viro a cabeça que é para não ver (SANTOS, 1998).*

As vivências paralelas ao mundo do trabalho configuram um cenário de múltiplas vozes, experiências fundadas numa lógica de estratificação e hierarquia que no caso dos funcionários alemães adquiria visibilidade não apenas por suas residências arquitetonicamente diferenciadas das demais, erigidas obedecendo a um padrão arquitetônico de forte influência germânica, com dois pavimentos e fachada ornamentada com elementos decorativos, além de serem edificadas com recuo da calçada, através de um pequeno jardim, mas fundamentalmente, no que se refere à forma de ocupação e interação dentro desse mesmo espaço. As Casas dos Mestres, como são referidas, eram também estratificadas entre si à medida que obedeciam a uma lógica de hierarquia de cargos e saberes vigentes no interior do processo organizativo e produtivo da Rheingantz.





*Casa dos mestres, década de 1940.*  
*Fonte: Fototeca do Museu da Cidade do Rio Grande ([194-]).*



*Casa dos operários.*  
*Fonte: Ferreira (1999).*

A mão-de-obra predominante na Rheingantz era feminina. Alguns ofícios, como o de tecelãs e fiandeiras, mesmo que também exercidos por homens, eram reconhecidamente o lugar das mulheres, assim como os tapetes, onde a presença feminina identificava-se com a suposta delicadeza exigida para a composição dos desenhos imaginados pelo mestre. Nesses espaços das mulheres, os homens ou eram mestres, contramestres ou eram coadjuvantes, mantendo em funcionamento o maquinário, providenciando o reparo de defeitos, além daqueles envolvidos diretamente com a infra-estrutura e setores básicos da produção. As mulheres predominavam em setores como os tapetes, padroneira, tecelagem, fição, revisório, enfiadeira de liços, emendadeira, costuraria, cerzideira, expedição, escritório.

Quando chamadas a falar sobre o serviço desenvolvido na Rheingantz, as mulheres, mais do que os homens, buscavam reproduzir os gestos que a memória corporal informava, mesmo que no presente se diluam o esforço físico e o cansaço. Ao se referirem às máquinas do setor de fição, as depoentes o fazem referindo-se às máquinas como muito grandes, tais como os filatórios, onde passava o fio para ser enrolado nos fusos. O fio tinha que ser puxado e era nessa operação que geralmente rebentava. Assim, os fios que rebentavam aparecem na memória como um dos fatores mais desgastantes no cotidiano da fição, pois, ao parar a máquina decorria por vezes um tempo razoavelmente longo até que o contramestre, nos casos mais complicados, liberasse-a de novo. Em se tratando de salário por produtividade, parar a máquina significava fiar uma quantidade menor de fios, diminuindo, portanto, o produto final. O trabalho na fição, tanto na fição cardada como na fição penteada, é reproduzido também pelas condições insalubres nas quais era realizado ainda que, dentre os

setores de produção, fosse apontado como um dos mais brandos. Como na fala de algumas tecelãs, ao ingressarem na fição, operárias em sua condição de menor eram destinadas a trabalhos mais leves, não passavam diretamente às máquinas devido ao grau de atenção e adestramento necessário para manipulá-las. Escolher fusos, limpar rolos, juntar fios, eram tarefas comuns realizadas pelas meninas que iam já sendo treinadas, no convívio com as fiandeiras, para o serviço futuro. Porém, mesmo não estando diretamente em contato com o maquinário pesado, compartilhavam das mesmas condições ambientais, ou seja, muita poeira resultante do processo de transformação da lã em fio, altas temperaturas e umidade, associado ao barulho provocado pelo filatórios.



Tear semi-automático belga, adquirido nos anos 1940.  
Fonte: Ferreira (1999).



Motor na usina.  
Fonte: Ferreira (1999).

Também na seção de tapetes predominavam as mulheres como tapeceiras. Essa seção é representada nas falas como um espaço de criação, uma espécie de oficina de arte que gerava produtos requintados, de elevado valor comercial, emblemas da Rheingantz nos seus períodos áureos. Os tapetes Rheingantz eram peças únicas, feitas sob encomenda em sua maioria, resultantes de um processo de trabalho que, dependendo das dimensões da tela a ser preenchida, poderia levar até um ano para ser concluído. Durante o período em que foram produzidos levaram o nome da Companhia para exposições fora e dentro do país. Na manufatura dos tapetes, a singular capacidade criativa do mestre que formulava os padrões é destacada como fundamental.

Produzidos para uma elite, os tapetes faziam parte de um refinamento e status do qual nem mesmo um mestre poderia usufruir. Ao mostrar um legítimo “Rheingantz” na sala de sua casa, a filha de um dos mais reconhecidos mestres da firma diz que aquele tapete havia sido negociado pela direção da empresa com seu pai como forma de pagamento de benefícios devidos.

Símbolo de luxo e bom gosto, esses tapetes escondem na trama perfeita o desenrolar de um processo produtivo extremamente desgastante, tal como aparece no relato de muitas ex-funcionárias: os enormes teares, as minuciosas tramas, o grau de atenção que deveria ser posto para não errar o preenchimento. Na narrativa de uma ex-tapeceira o requinte do acabamento fica diluído na quase brutalidade com que era produzido:

*Tapete é um serviço muito puxado, quer dizer os martelos eram todos de ferro e os teares eram abertos a mão. Fecha o tear, abre o tear, bate tapete com martelo de ferro, passa a lançadeira a mão, porque o tapete é todo feito à mão...e os salários eles pagavam pouco...era pesado e valorizado porque a seção dos tapetes, serviço importante como ele é, ele era para ser bem valorizado...era a seção que as visitas mais procuravam para ver, todo mundo queria ver aqueles tapetes lindos que até no palácio do governo tem (BOTELHO, 1998).*

Outro setor fundamental era a tecelagem, lugar onde mais capital foi injetado até meados dos anos sessenta, tanto na aquisição de teares mais modernos, como na reforma do pavilhão e disposição das máquinas. É recorrente, nas fichas de pessoal, o sujeito ter passado pelo menos uma vez pelo trabalho nos teares.

Trabalhando nos teares ficavam no mínimo quatro mulheres, no período anterior à reforma, ou seja, anterior a 1957 (COMPANHIA UNIÃO FABRIL, 1959). O trabalho nessas máquinas com rolamentos é reproduzido nas falas principalmente pela movimentação que exigia, “a máquina ia e voltava, enchendo a maçaroca e quando elas ficam cheias, vai puxando os fios... então a gente ficava caminhando o tempo todo, mas era tudo gente nova, não se sentia cansaço” (GOULART, 1998).

Como outra função exclusivamente exercida por mulheres está aquela da Apontadora, cujo requisito básico era ter uma boa caligrafia para fazer, sobretudo as anotações diárias das condições ambientais, pois fatores como umidade e direção do vento podiam interferir na textura do fio de lã a ser trabalhado. Dona Jaciná, que atuou como apontadora boa parte do tempo no qual trabalhou na Rheingantz, recupera a função exercida diariamente falando que, sempre ao chegar ao serviço, fazia a observação e o registro da direção do vento, pois esse era um fator que interferia diretamente na pesagem do fio. Lembra ela que os fios eram numerados, sendo a numeração mais baixa correspondente a fios para casacões e tecidos mais grossos, e o de menor numeração era para a lã mais fina, ideal para fazer tecidos penteados como a casimira.

De acordo com as ex-funcionárias, o clima de proximidade decorrente do trabalho conjunto nas máquinas tornava mais descontraídas e divertidas as longas jornadas cumpridas dentro da seção. Assim, “eram quatro, cinco numa máquina, tudo gurias....quando parava a corrente, que às vezes faltava luz, a gente dançava, sambava, cantava, aquilo era assim uma alegria mesmo....mas depois a gente trabalhava duro” (FREDES, 1998). Todas “gurias”, a forte presença feminina que neutralizava o elemento masculino nas seções, com exceção daqueles lugares nos quais tradicionalmente os homens eram hegemônicos, principalmente pela natureza do serviço como as Oficinas Mecânicas, Usina, Enfardagem.

Formando pequenos grupos, com forte coesão interna, o trabalho se transformava em um espaço de formação de redes densas de cooperação e sociabilidade. O fato de serem muito jovens em sua maioria, colocava essas mulheres numa situação de rígido controle por parte fundamentalmente dos mestres de seção. Em um grande número, eram sucessoras da carreira da mãe ou alguma parente próxima, portanto era quase impossível manter-se no anonimato absoluto, pois era normal que os pais fossem pelo menos conhecidos pelo mestre e a eles fosse dado ciência do andamento da filha na empresa.

Quando fala dos tempos de trabalho na fábrica, Ilma fala de sua própria vida, pois desde que entrou como tecelã pela primeira vez na Rheingantz, em 1948, nunca mais parou, fazendo até os anos 1990 alguns pequenos trabalhos de tecelagem, quando solicitada. A partir dos 15 anos, tal como ela diz, sua vida esteve vinculada a um tear,

*Já teci muito pano, minha filha, já fiz de tudo, já fiz manta, cobertor, poncho, já fiz de tudo o que é tipo, jacquard, tudo.... hoje é que eu vejo o que foram esses mais de cinqüenta anos porque fiquei com minha visão que agora já não dá para mais nada, nem com lente....passei muito trabalho.... tenho as costas arqueadas de tanto trabalhar, quando eu era guria, não sentia nada, mas os trabalhos vão pegando na gente (SOARES, 1998).*

As deficiências visuais são apresentadas por algumas entrevistadas como decorrência direta do tipo de serviço que exerciam nos tempos da Rheingantz. Essa relação aparece com muito mais ênfase naqueles setores onde os detalhes assumiam uma importância muito grande para a confecção do produto. É o caso dos tecidos com padronagem, misturas de cores, fios muitos finos que exigiam muita atenção para não deixar rebentar. É também o caso dos tapetes, porque exigia em sua feitura o preenchimento de um quadriculado da teia, por vezes muito pequeno e composto por inúmeras cores.

Em outras partes do corpo, as mulheres também apontam as seqüelas de processos de produção que exigiam um grande desgaste físico. Assim, os membros inferiores ou a coluna vertebral são mapeados como lugares de forte desgaste, como afirmam algumas entrevistadas quando se lembram das várias horas que passavam na selfátina, que são carros dotados de movimentos alternativos, equipados com fusos. O movimento de vai-e-vem desenvolvido pelo carro tem a função de estirar o fio. Dessas várias horas “caminhando com a máquina”, muitas afirmam ter como marcas as constantes dores que por tantos anos sentem nas pernas.



Na reconstrução sentimental do passado as máquinas que no tempo do trabalho eram perigosas e cansativas, se transformam em objetos biográficos. Ao falarem de suas máquinas de trabalho era recorrente o uso de expressões como “o meu tear”, e evocações nostálgicas como a de operadores que conheciam tudo sobre o funcionamento dos equipamentos, ou das operárias que em seus períodos de férias iam até a fábrica para limpar o maquinário com o qual trabalhavam.

No decurso da pesquisa feita sobre esse complexo fabril foram inúmeras as ocasiões em que os entrevistados reivindicavam a elevação desse lugar industrial à condição de patrimônio. Essas reivindicações patrimoniais iam desde a desesperada busca de uma utilização do prédio fabril por alguma outra empresa, até a constituição de um museu da fábrica, que ocuparia o simbólico espaço da Escola Comendador Rheingantz, já em ruínas à época dessa pesquisa.

O declínio e conseqüente esvaziamento da fábrica como unidade produtiva, bem como o avanço da degradação dos prédios e maquinários, geraram esse sentimento de luto e conseqüente necessidade de reter alguns desses vestígios do passado, lugares de memória que se transformaram então. Diferente da experiência retratada nas minas e na usina siderúrgica francesa, aqui a ação do Estado sempre se caracterizou como de omissão e negligência. Coube aos antigos funcionários cumprirem uma espécie de função guardiã da empresa, atuando em diversas frentes como o resguardo ao prédio (os casos de roubos de fios de cobre havia se tornado freqüente), a apropriação de objetos pequenos que eram levados para serem guardados nas residências dessas pessoas, a luta pelo reconhecimento do lugar como portador de uma memória da cidade.

No caso da Rheingantz a luta patrimonial se confundia com a resistência ao esquecimento e a atividade fabril era traduzida como organizadora da cidade, do bairro e da vida dessas centenas de pessoas.

#### 4 A CTMR: em busca de um museu para a memória

O segundo caso a ser tratado aqui é o da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR), empresa de telefonia inaugurada na cidade de Pelotas em 1919 e que funcionou ininterruptamente até 1999 quando foi adquirida pela empresa Brasil Telecom.

A história da CTMR começa nos primeiros anos do século XX, quando a cidade de



CTMR - fachada do prédio pela Rua General Neto, década de 1950.  
Fonte: Arquivo Fotográfico do Museu das Telecomunicações ([195-]).



CTMR - sala das telefonistas, década de 1950.  
Fonte: Arquivo Fotográfico do Museu das Telecomunicações ([195-]).

Pelotas passava por grande transformação. A industrialização, o incremento da economia e a urbanização crescente, se refletem em uma cidade que se moderniza. Foi nesse contexto de expansão de capitais, de industrialização e de crescimento urbano que surgiu essa empresa de telefonia, com a predominância do capital nacional e gerenciamento de empresários locais.

Fundada em 20 de março de 1919, a CTMR tinha por meta desenvolver o serviço telefônico na cidade de Pelotas e nos municípios limítrofes (UEDA, 1999, p. 66-69). Seu objetivo após a fundação era organizar um serviço que se apresentasse tecnicamente avançado e com custos reduzidos (COMPANHIA TELEFÔNICA DE MELHORAMENTO E RESISTÊNCIA, 1919).

A CTMR, funcionando como uma companhia telefônica local, só pode atuar no serviço interurbano a partir de 1950 quando é instalado o serviço de telefone automático, abrangendo 5.000 linhas e constituindo-se assim como um dos maiores do país. Os anos 50 marcam a história da empresa pela compra de uma Central AGF de fabricação Ericsson e que será o passo fundamental de modernização e expansão das linhas, pois possibilitou a introdução do serviço automático para chamadas locais e semi-automático para chamadas de longa distância. Na década de 1960 a empresa conheceu uma grande expansão tanto no espaço urbano, com ampliação da rede, como no setor rural. Nos anos de vigência do regime militar no Brasil, é criado em 1967 o Ministério das Comunicações, que passou a fiscalizar as concessionárias de serviço telefônico. Visando controlar o setor de telecomunicações no Brasil, setor esse considerado fundamental para o Estado, é instituída em 1972 a TELEBRAS (Telecomunicações Brasileiras S.A). É nesse período que a empresa conhece seu maior crescimento, o que é evocado por alguns ex-funcionários, tal como Geraldo Lamas ao dizer que a empresa estava em primeiro lugar no Brasil no item qualidade, “em menos de 24 horas o telefone tinha que ser consertado, e muitas vezes até telefone novo era instalado em menos de 24 horas” (LAMAS, 2003). Esse incremento do setor de telecomunicações foi acompanhado de uma política de intervenção nas empresas de telefonia e isso se fez notar através de vários mecanismos como, por exemplo, a permanência constante de um militar junto ao setor que controlava a Central Telefônica, realizando escutas em números cujos assinantes ou usuários fossem suspeitos de ação “subversiva”, tal como os discursos oficiais apresentavam.

O período que se segue, anos 1980-1990, identificado como de abertura política e reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil, foi caracterizado pela implantação do interurbano direto, da Discagem Direta Internacional e as antigas centrais que foram completamente substituídas por centrais digitais. A empresa cresce, expande seu capital, mas não consegue se impor diante do movimento de privatização das telecomunicações no Brasil na década de 1990. Seguindo o destino de todas essas empresas que, à época já eram de capital misto (parte capital acionário, parte investimento público), é privatizada e os resultados disso se refletiram na cidade de Pelotas como um todo, pois à medida que ia restringindo o número de funcionários na sede local, ia aumentando de maneira dramática o

número de homens e mulheres que já em vias de solicitar aposentadoria, perdem o emprego e projetos de futuro que a empresa, apesar de suas dificuldades, ainda conseguia garantir.

Após a privatização da empresa houve um movimento de esvaziamento dos prédios ocupados pela mesma. Assim foi desativado um pequeno museu que havia sido organizado pelos funcionários da CTMR. O acervo desse museu era composto por equipamentos técnicos utilizados pela empresa, alguns remontando ao período de fundação da mesma; mobiliário; aparelhos e centrais telefônicas; documentos diversos, fotografias.

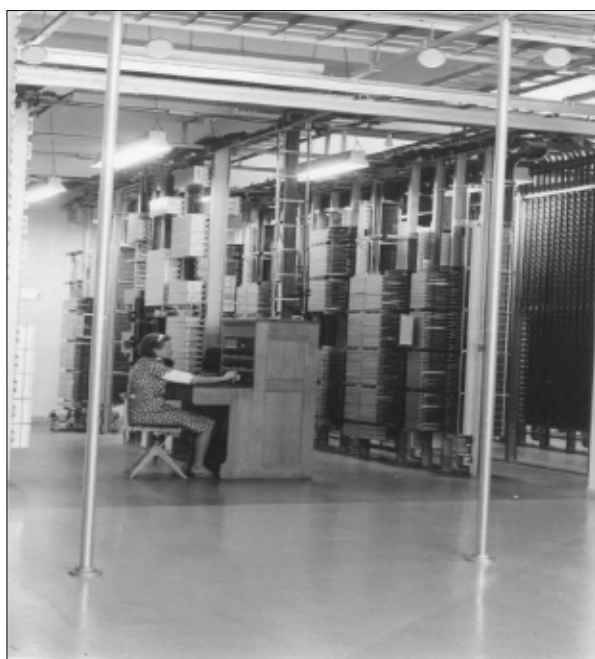
## 5 Objetos de trabalho: uma história das telecomunicações

Esses objetos que compunham o acervo do antigo Museu CTMR apresentavam, num primeiro olhar, uma difícil tarefa de estabelecer um apelo visual importante, tanto pelo tamanho como pela natureza dos materiais dos quais são formados (por exemplo, os objetos de trabalho mecânico). À medida que iam sendo expostos, numa primeira mostra desse acervo em seu período pós-empresa, foram adquirindo outro sentido. Já na primeira exposição temporária de alguns objetos, certos episódios foram fundamentais para que se percebesse como objeto e experiência formariam um conjunto narrativo sobre a empresa, sobre o trabalho nas telecomunicações e os avanços tecnológicos nesse setor.

No período em que uma pequena parte desse acervo esteve exposta, em junho de 2003, foi recorrente as visitas de pessoas que se detinham em um ou outro objeto e a partir dele iam traçando um relato da vida na empresa. Alguns observavam certos equipamentos e se remetiam ao trabalho criativo de colegas nas repartições de oficina mecânica, criando nesses lugares soluções “caseiras” para problemas técnicos que, para serem resolvidos, demandavam a vinda de pessoal do centro do país ou até mesmo do exterior. Esses objetos foram adquirindo o caráter de patrimônio quando passaram a dizer desses vários processos de aquisição de conhecimento técnico e de outros tantos de adaptação e criatividade para buscar com os recursos locais, propor mecanismos de substituição àqueles que seriam os procedimentos adotados pelos técnicos suecos, por exemplo, em relação à Central Telefônica Ericsson, adquirida pela empresa em 1952.

A central AGF de produção Ericsson, foi um importante avanço tecnológico para o setor de telefonia, pois possibilitou a ampliação da rede telefônica e a introdução do sistema automático local. Esse equipamento era considerado de alta precisão e nos relatos dos ex-funcionários da empresa aparece a figura do Diretor da empresa passando o lenço branco no chão da peça onde ficava a central, para verificar se a mesma se encontrava em condições adequadas de assepsia.

O trabalho cotidiano na central era feito por não mais do que dois funcionários que



Central AGF, interior do prédio da CMTR em 1953.

Fonte: Arquivo Fotográfico do Museu das Telecomunicações (1953).

verificavam se o funcionamento estava correto. Para a manutenção desse maquinário de tecnologia fina havia um investimento feito pela empresa nos funcionários, possibilitando que os mesmos participassem de cursos e treinamentos. Entretanto, as entrevistas mostram que as soluções eram encontradas mais do que tudo por testes e adaptações feitas pelo pessoal local que, muitas vezes sem entender o inglês dos manuais técnicos, buscavam encontrar similares em materiais nacionais.

Esse elemento da criatividade aparece em outros setores fundamentais da empresa tal como o de colocação de cabos telefônicos. De acordo com as informações obtidas nos relatos orais, os primeiros cabos que saíam da central na sede, iam por via subterrânea, dentro de manilhas de cerâmica, até chegarem aos postes e daí por diante seguiam por via aérea para toda a cidade e zona rural. Para a colocação dos primeiros cabos (cabos primários) era necessário que fossem abertas valetas, para que estes fossem lançados. A chamada “turma dos cabistas” era quem executava essa tarefa de abrir as valetas, trabalho descrito como muito difícil, pesado, demandando muito esforço físico.

Esses cabos serviram para proteger os fios que inicialmente eram colocados descobertos no subsolo. A umidade intensa de uma cidade como Pelotas, os roedores e outros animais, rapidamente causavam danos à fiação e conseqüentemente ao funcionamento dos telefones. Foi assim que um funcionário da oficina mecânica elabora uma manilha em cerâmica que funcionaria como um ducto condutor dos fios. Essa solução encontrada possibilitou aumentar a sobrevivência dos fios e é mais um exemplo de como tecnologia e condições reais de infraestrutura se confrontavam nessa cidade dos anos 1960, na qual o novo e o antigo conviviam no mesmo processo produtivo.

Os anos 1970 são lembrados como um período de grandes melhorias na Companhia,



*Rua Felix Cunha (9. Set. e Oct. 1955)*  
Abertura de valas para cabos, década de 1950.

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu das Telecomunicações [195-]

como a ampliação da frota de carros, por exemplo, e ampliação das centrais rurais, que a essa época cobriam os arredores da cidade de Pelotas, na região denominada de “Colônia”, até a cidade de São Lourenço do Sul.

O telefone nos núcleos rurais era utilizado principalmente pelos pequenos comerciantes, que tinham que estar em contato permanente com a cidade e com as principais áreas de produção e consumo. Além disso, a casa da telefonista era uma referência no povoado, sendo também, via de regra, o local onde funcionava a escola. As recordações sobre o papel desempenhado pelas telefonistas “da colônia”, usando expressão local, e sobre o trabalho de suporte técnico, muitas vezes fazendo frente às intempéries, são evocadas por essas mulheres e homens que durante muito tempo trabalharam junto à companhia, ainda que, conforme afirmam muitas telefonistas, elas trabalhassem de maneira mais autônoma, sendo raras as vezes em que vinham à sede da empresa, na cidade.

O uso do cobre para a confecção das linhas levou ao desenvolvimento de equipamentos, fabricados pelos próprios funcionários da empresa, para o fabrica de fios. Esse trabalho de infra-estrutura era feito nas oficinas mecânicas da empresa, e com orgulho alguns ex-funcionários dizem que “quase tudo era feito ali”. A empresa mantinha um setor



de oficinas mecânicas, além de carpintaria e marcenaria, e ainda que fosse produção apenas para consumo interno, o sentimento evocado é o de auto-sustentação. “Era uma potência”, essa costuma ser a expressão utilizada para representar a empresa, ao mesmo tempo em que lamentando seu desaparecimento. A representação da empresa como um local de estímulo à criatividade e dedicação dos funcionários, é também recorrente, com ênfase na figura de um ou outro diretor, sobretudo aqueles anteriores aos anos 1980 quando, conforme relatos, os cargos de diretoria passam a ser de ordem essencialmente política, em detrimento da formação técnica.

Nesse caso da Companhia Telefônica a busca patrimonial se deu através de uma musealização já existente dentro da própria empresa e pelas narrativas de sujeitos que viveram a experiência desse lugar e processos de trabalho ali desenvolvidos. Os objetos que compõem esse conjunto patrimonial foram deslocados de seu espaço original e traduzem não apenas a história dessa empresa na cidade de Pelotas como também a história da tecnologia aplicada aos processos de telecomunicações.

As experiências vividas no interior da empresa refletem os diferentes aportes sobre os processos de trabalho trazidos pelos sujeitos, a dinâmica de uma empresa que utilizava tecnologias avançadas no campo da telefonia, e ao mesmo tempo convivia com formas de administração e gerenciamento interno que muito se assemelhavam às empresas familiares. Essas narrativas revelam um universo de contrastes entre o antigo e o moderno, a permanência e a inovação, essa última um atributo do setor de telecomunicações.

A musealização, nesse caso, é a expressão maior desse patrimônio industrial e os objetos, associados às narrativas produzidas a partir deles, se convertem nos transmissores de memória e eixo sobre o qual se articula aqui a noção de patrimônio.

## 6 Conclusão

A identificação do patrimônio industrial, ainda que recente num país como o Brasil, vem se transformando num “dever de memória”, o que se explica, em parte, pelo esvaziamento e eliminação desses vestígios de atividades que movimentaram e impulsionaram o país, tais como o sistema ferroviário, portuário, as primeiras empresas aéreas nacionais, os grandes estabelecimentos industriais, etc.

Ainda que muitas vezes não reconhecidos, as cidades ainda trazem esses vestígios de atividades que foram se transformando ou desaparecendo. Ainda vemos, por exemplo, os trilhos e estações ferroviárias, os prédios fabris abandonados, equipamentos portuários atacadados perpetuamente. Portadores de uma estética que desafia os padrões artísticos, essas “ruínas” de processos produtivos já ultrapassados insistem em permanecer e evocar sentidos e significados que ultrapassam suas funcionalidades.

No campo patrimonial vários são os vetores que se entrecruzam e se entendemos, tal como afirma Halfstein (2007) que patrimônio é um “regime da verdade”, esses remanescentes industriais podem ter destinos diversos que vão do abandono e superação à transformação absoluta. Entretanto, é fundamental entender que esses elementos de origem material não se dissociam daqueles de caráter imaterial. Assim pessoas e máquinas, saberes e fazeres se entrecruzam e disso deriva, talvez, uma outra possibilidade patrimonial. ■

---

## Referências

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DAS TELECOMUNICAÇÕES. [CTMR - fachada do prédio pela Rua General Neto: década de 1950]. Pelotas, [195-]. 1 fotografia color.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DAS TELECOMUNICAÇÕES. [CMTR - sala das telefonistas: década de 1950]. Pelotas, [195-]. 1 fotografia color.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DAS TELECOMUNICAÇÕES. [Central AG: interior do prédio da CMTR, em 1953]. Pelotas, [1953]. 1 fotografia color.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DAS TELECOMUNICAÇÕES. [Abertura de valas para

- cabos: década de 1950*. Pelotas, [195-]. 1 fotografia color.
- BOTELHO, Sueli. [Entrevista realizada em 20 out.1998]. [Pelotas, 1998]. Entrevista concedida à Maria Leticia Mazzucchi Ferreira.
- CANDAU, Joel. Bases anthropologiques et expressions mondaines de la quête patrimoniale: mémoire, tradition et identité. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 1., 2007, Pelotas. [Trabalhos apresentados...]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2007.
- COMPANHIA TELEFÔNICA DE MELHORAMENTO E RESISTÊNCIA. *Estatuto da fundação*, Pelotas: CTMR, 1919. cap. 1.
- COMPANHIA UNIÃO FABRIL. *América Magazine*. São Paulo: Varta, 1959.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. *Os três apitos: memória coletiva e memória pública*, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, RS, 1950-1970. 2002. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. [Casa dos operários]. Rio Grande, 1999. 1 fotografia, color.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. [Tear semiautomático belga, adquirido nos anos 1940]. Rio Grande, 1999. 1 fotografia color.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. [Motor da usina]. Rio Grande, 1999. 1 fotografia color.
- FOTOTECA DO MUSEU DA CIDADE. [Fábrica Rheingantz: década de 1950]. Rio Grande, [195\_]. 1 fotografia color.
- FOTOTECA DO MUSEU DA CIDADE. [Casa dos mestres: década de 1940]. Rio Grande [194\_]. 1 fotografia color.
- FREDES, Iolanda Pereira. [Entrevista realizada no dia 23 março 1998]. [Pelotas, 1998]. Entrevista concedida à Maria Leticia Mazzucchi Ferreira.
- GOULART, Jaciná B. [Entrevista realizada no dia 13 maio 1998]. [Pelotas, 1998]. Entrevista concedida à Maria Leticia Mazzucchi Ferreira.
- HALFSTEIN, Valdimar. Claiming culture: intangible heritage Inc., folklore, traditional knowledge. In: HEMME, D; TAUSCHEK, M.; BENDIX, R. (Orgs.). *Prädikat heritage: wetschöpfungen aus kulturellen ressourcen*. Münster: LIT Verlag, 2007. p. 75-100.
- LAMAS, Geraldo. [Entrevista realizada no dia 06 jun. 2003]. [Pelotas, 2003]. Entrevista concedida à Maria Leticia Mazzucchi Ferreira.
- POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine, 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.
- SANTOS, Tereza. [Entrevista realizada no dia 08 nov.1998]. [Pelotas, 1998]. Entrevista concedida à Maria Leticia Mazzucchi Ferreira..
- SOARES, Ilma. [Entrevista realizada no dia 23 set.1998]. [Pelotas, 1998]. Entrevista concedida à Maria Leticia Mazzucchi Ferreira.
- TORNATORE, Jean-Louis. Beau comme un haut forneau: sur le traitement en monument dès restes industriels. *L'Homme*, n. 170, p. 79-116, 2004. Disponível em: <[http://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=LHOM\\_170\\_0079](http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=LHOM_170_0079)>.
- UEDA, Vanda. *Inovação tecnológica e espaço urbano: a implantação da CTMR em Pelotas/RS*. 1999. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.